

# **INOVAÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENCONTROS E DIÁLOGOS NO SUL GLOBAL**

**Adriane Vieira Ferrarini – UNISINOS**  
**adrianeferrarini@gmail.com**

## **RESUMO:**

A inovação social (IS) emergiu de trajetórias e de contextos típicos do Norte global, sendo definida amplamente como “busca de soluções mais efetivas para problemas sociais”. Curiosamente, a economia solidária é hoje referida entre pesquisadores de referência no mundo como um dos mais consistentes e respeitados exemplos de IS. Quais são os caminhos que conduziram a este encontro entre teorias e práticas ao Norte e ao Sul? Será que esta história não estaria sendo contada de trás para frente? Como os múltiplos sujeitos da economia solidária compreendem e trilham este caminho Sul-Norte em expansão em meios acadêmicos e organizações? Estas perguntas são objeto de reflexão deste trabalho, cuja metodologia se valeu de revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional e de análises empíricas. O primeiro caminho deste encontro Norte-Sul foi pavimentado a partir de crescentes debates em torno das dimensões ético-políticas e teórico-epistemológicas da IS. Ser eficiente, mas para quê? E para quem? (Ferrarini, 2016). Estes debates revelaram a existência de duas principais perspectivas de IS. A primeira é instrumental (ou tecnocrática), voltada à resolução de problemas sociais, podendo inclusive significar redução de direitos em nome da modernização. A segunda é transformadora, concebida como instrumento para politização dos espaços e construção de alternativas horizontais que promovam inclusão, mas que também deem voz àqueles que pouco ou nada puderam dizer na vida política (Montgomery, 2016). É pela segunda perspectiva que a IS se conectou a práticas populares e ancestrais de economia solidária, criando possibilidades de intercâmbios na reinvenção de alternativas que os tempos pandêmicos requerem. Contudo, quando se trata dos “invisíveis” do Sul global, como ouvir suas vozes na construção de IS transformadora? Análises descoloniais (através das epistemologias do Sul de Boaventura Santos e de teóricos latino-americanos) se mostram imprescindíveis para desnaturalizar silêncios e evidenciar a necessidade de protagonismo dos sujeitos desde a definição de “problema social” (qual é, quem define e como). Este exercício de protagonismo político e econômico em prol da reprodução da vida que a economia solidária oportuniza tende a ser ainda mais valorizado em certos ambientes acadêmicos e sociais na atualidade. O estudo conclui pela importância de fortalecimento de alianças Sul-Sul para que vozes silenciadas falem por si mesmas em cenários emergentes.

A inovação social, não sem razão, é um tema que suscita questionamentos e desconfiança em praticantes e pesquisadores da economia solidária. A economia solidária surge do encontro de raízes progressistas ao Sul (de práticas comunitárias ancestrais, baseadas na reciprocidade) e ao Norte (dos socialistas utópicos e do cooperativismo

rochdaleano). Já a inovação social surge a partir de referências do Norte vinculadas a campos científicos da modernidade ocidental que configurou concepções e práticas da economia de mercado – notadamente das teorias clássicas de gestão e de áreas tecnológicas. Inegavelmente, tratam-se de emergências a partir de campos não apenas teóricos, mas ético-políticos distintos, nos quais concepções fundamentais acerca do que é a vida em sociedade, problemas ou desafios a serem enfrentadas, bem como as próprias alternativas de sua superação, se diferenciam. Dentre muitas características essenciais dessas diferenciações, o divisor de águas pode ser sucintamente descrito como a distinção entre uma perspectiva solidária coletivista e ancorada pelo princípio de igualdade e uma perspectiva centrada no indivíduo e sob a primazia do princípio de liberdade.

Se na gênese teórica e historiográfica estes campos são claramente distintos, na vida cotidiana e na ação coletiva produzida por atores múltiplos que buscam construir alternativas cidadãs para o enfrentamento a múltiplos problemas sociais – fortemente agravados no Brasil pela pandemia de Covid-19 - as fronteiras ficam borradas. Neste caminho de construção coletiva do bem comum, práticas e concepções baseadas na solidariedade, na autogestão e na sustentabilidade são evocadas de forma cada vez mais frequente.

Nosso objetivo neste trabalho é refletir sobre questões que tem se colocado no cotidiano da pesquisa e da prática social. Quais são os caminhos que conduzem a este encontro entre teorias e práticas ao Norte e ao Sul? Será que esta história não estaria sendo contada de trás para frente, ou seja, que o reencontro com os caminhos ancestrais da solidariedade tem transbordado para outras esferas de prática social? Como os múltiplos sujeitos da economia solidária compreendem e trilham este caminhos Sul-Norte em expansão em meios acadêmicos e organizações? A metodologia se valeu de revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional e de análises empíricas. Este texto iniciará trazendo algumas evidências empíricas que têm mobilizado estas reflexões e posteriormente sistematizará o debate teórico crítico em curso no campo da inovação social, o qual pavimentará a possibilidade de ampliação semântica e epistêmica para o acolhimento de atores e práticas sob um viés crítico, reflexivo e eticamente amparado no bem comum.

Do ponto de vista da empiria, experiências nos conduziram a um encontro entre mundos aparentemente distintos. Porto Alegre é uma cidade com histórico de participação popular e inovação pública, tendo sido um laboratório de gestão e políticas públicas implementadas pelo governo federal ao longo de 16 anos (1989-2004) de políticas consideradas progressistas no sentido de inclusão. O Orçamento Participativo (OP) foi a mais notável inovação produzida em Porto Alegre, responsável pela concessão do título de

capital mundial da democracia à cidade, o que a tornou palco das primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM) que foi a maior mobilização já vista no marco do movimento alterglobalização. Porto Alegre também produziu um conjunto de políticas públicas inovadoras nas áreas de economia solidária, meio ambiente e direitos humanos, dentre outras pautas geradas por movimentos e mobilizações sociais e incorporados pelas administrações públicas municipais.

Após um período de arrefecimento da participação e que redundou no aumento expressivo da violência<sup>1</sup> e piora de indicadores socioeconômicos, um novo ciclo de mobilização da sociedade teve início, convergente com novas formas de ação coletiva identificadas pela literatura de movimentos sociais. Este ciclo se expressa pela ativação da participação cidadã em múltiplas arenas sociais, através de redes e organizações segmentadas por cada ator social (movimentos e organizações periféricas, gestores públicos, universidades, empresários, etc.) e em espaços multi-atores.

Tais arenas e a emergência de inúmeros coletivos cidadãos chamou a atenção pela presença de atores de empreendimentos econômicos solidários e de movimentos sociais tradicionais na busca por articulações com outros atores a partir de discussões e ações de inovação social. Em direção oposta, atores sociais que pouco conheciam sobre a economia solidária como movimento social e como política pública instituídos no Brasil, experimentavam formas autogestionárias e de desconstrução dos mecanismos tradicionais da economia de mercado através de um conjunto de práticas econômicas solidárias, tais como, a produção e comercialização em rede, comércio justo, moedas locais, propriedade coletiva de meios de produção, práticas socioeconômicas voltadas ao entorno, etc. Um desses casos emblemáticos foram as casas colaborativas surgidas em Porto Alegre a partir de 2011 e que se espalharam por várias capitais brasileiras, reproduzindo-se hoje com outras denominações sob a forma de coletivos urbanos focados no trabalho e na colaboração (FERRARINI, PEREIRA E MÜLLER, 2020).

Do ponto de vista da teoria, debates críticos sobre inovação social vem sendo produzidos a cerca de duas décadas. Como pesquisadora com trajetória no campo da economia solidária e desenvolvimento local, era uma preocupação desvendar a complexidade do campo da inovação social e saber localizar as pesquisas no seu interior. Em primeiro lugar, porque havia muitas oportunidades na universidade em que estamos inseridos para a geração de projetos e a ocupação de espaços de debates acadêmicos e de

---

<sup>1</sup> Porto Alegre capital entrou no *ranking* das 50 cidades mais violentas do mundo em 2016, de acordo com dados produzidos pelo Instituto Igarapé e publicados no jornal The Economist (2017).

pesquisas dos quais as ciências sociais não eram partícipes, ficando a cargo de áreas como a gestão e o design. Curiosamente, o campo científico produtor do conhecimento sobre as formas de organização, significação e transformação da sociedade, deixava de integrar oportunidades sociais e acadêmicas de produção interdisciplinar de conhecimento nestes temas. Além disso, ações e análises perdem em profundidade sem os olhares sociológicos, políticos e antropológicos das ciências sociais. Em segundo lugar, a trajetória de pesquisa em economia solidária e nossa afinidade com perspectivas pós-colonialistas e decoloniais nos permitiu vislumbrar possibilidades de contribuição teóricas e empíricas.

Ao Norte, esta contribuição vai ao encontro de tendências de debates progressistas protagonizados por pesquisadores ligados à Rede Emes – parceiros do Grupo de Pesquisa em Economia solidária e Cooperativa/Grupo Ecosol do qual fazemos parte - enriquecendo o aporte de inovação social. Ao Sul – e especialmente no contexto latino-americano em que a pesquisa se insere – reflexões epistemológicas e experimentações metodológicas são bem-vindas na busca pelo enfrentamento a expressões persistentes da questão social.

A inovação social, assim como a economia solidária e temáticas afins (empreendedorismo associativo, o desenvolvimento local, etc.) transitam nas fronteiras entre o social, o econômico e o tecnológico. Estes temas enfrentam a polissemia semântica quando adquirem o adjetivo “social, solidário, local”, cuja definição conceitual é repleta de complexidade quanto aos contextos, intencionalidades e finalidades em que se inscrevem.

No caso da economia solidária, sua complexidade se expressa por ser movida por uma racionalidade econômica distinta da mercantil, pela qual a economia é um processo de institucionalização da interação entre o ser humano e o ambiente natural e social para o atendimento de necessidades humanas. A economia solidária congrega iniciativas de cidadãos, produtores e consumidores, que passaram a se organizar para o desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas, segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (GAIGER e LAVILLE, 2009).

Tais atividades ocorrem mediante a socialização dos recursos produtivos e a utilização de critérios igualitários que, em sua maioria, atendem a um coletivo de trabalhadores desempregados (RAZETO, 1990; VERONESE, GAIGER e FERRARINI, 2017). Suas expressões concretas permanecem bastante variadas, compreendendo pequenas unidades produtivas, associações de beneficiamento ou apoio à produção familiar, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, cooperativas (de trabalho, de comercialização e de consumidores ou de usuários de serviços de saúde, educação, etc.), iniciativas de comércio justo, finanças solidárias, clubes de troca, etc. (GAIGER e GRUPO

ECOSOL, 2014). Embora tenha ganhado notoriedade a partir de sua expansão recente na década de 1990, a economia solidária dá continuidade e novo alento a uma história extensa, na qual se contam inúmeras experiências de solidarismo popular.

Ao Norte, a economia solidária evoca a longa história associativa dos trabalhadores, iniciada no século XIX. Desde então, essa vertente tem cumprido um papel de alargamento da experiência humana, ao manter vigentes outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital (GAIGER e LAVILLE, 2009, p. 163).

Ao Sul, tanto no Brasil como na América Latina em geral, a economia solidária possui antecedentes longínquos, a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos afrodescendentes libertos (*quilombolas*) (VERONESE, GAIGER e FERRARINI, 2017).

Quanto à inovação social, o levantamento da literatura nos permitiu perceber que criar e inovar é algo tão antigo quanto a humanidade, dado que o progresso social tem sido baseado na criatividade social, descobertas e invenções (MULGAN, 2010; MCGOWAN e WESTLEY, 2015). O que parece ser novo são os significados e papéis atribuídos à inovação social a partir de sua denominação e emergência pautadas em cânones científicos e econômicos da modernidade. A inovação social surgiu de forma homóloga à inovação tecnológica e é recorrentemente definida por sua vinculação ao aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais não atendidas pelo Estado e pelo mercado, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (MURRAY, CAULIER-GRICE e MULGAN, 2010).

A vantagem de examinar a busca de uma mudança social positiva através de uma lente de inovação é que essa lente é agnóstica sobre as fontes de valor social (...) a inovação social transcende setores, níveis de análise e métodos para descobrir os processos - as estratégias, táticas e teorias de mudança - que produzem um impacto duradouro (PHILLS, DEIGLMEIER e DAILE, 2008, p. 37).

Com esta perspectiva "solucionadora de problemas", a inovação social teve uma ascensão meteórica e passou a ocupar um lugar proeminente para a construção de alternativas que enfrentem os complexos e iminentes desafios contemporâneos - como a pobreza, exclusão social e catástrofes ambientais - em diversos programas políticos, movimentos sociais e organizações, na Agenda do Milênio, em recomendações de fundações e organismos internacionais, etc. (JESSOP, MOULAERT, HULGÅRD e HAMDOUCH, 2013 in MOULAERT, MACCALLUM, MEHMOOD e HAMDOUCH, 2013).

Ao Norte, em especial na Europa, "a atenção prestada à inovação social resulta, em

grande medida, de recentes crises econômicas e da busca por alternativas frente à retração da intervenção providencial do Estado, às dificuldades de financiamento enfrentadas pelo terceiro setor e às tentativas para dinamizar o mercado do investimento social (MONTEIRO, 2019, p. 1). Ao Sul, a inovação social tem presença mais significativa em centros de pesquisa, empresas e organizações da sociedade civil que buscam maior impacto social. A busca pela inovação social está fortemente vinculada a um diagnóstico de pouco aproveitamento de recursos públicos e privados voltados à ação social e à baixa qualidade de participação de todos os sujeitos envolvidos nas práticas sociais. Perspectivas metodológicas que facilitem e fortaleçam os processos participativos em todas as etapas e a possibilidade de maior integração maior entre diferentes setores da sociedade nas políticas e práticas sociais são potenciais contribuições da inovação social ao Norte e ao Sul.

A inovação social também é, em sua essência, um fenômeno transdisciplinar e protagonizado pelos diferentes setores da sociedade, ultrapassando fronteiras entre as disciplinas científicas e entre marcos regulatórios das estruturas governamentais. No Brasil, a inovação social tem sido objeto frequente de editais de financiamento de pesquisas e de projetos sociais, vindo a catalisar múltiplos campos de ativismo social, político e econômico ao longo dos últimos anos. Porém, se tamanha amplitude confere um ar democrático à inovação social, esta sua virtude também gera um campo impreciso de teorias e práticas. Se todos os setores podem promover ações socialmente inovadoras através de múltiplos arranjos e sob distintas perspectivas, como identificar o que é realmente inovação social? (FERRARINI, 2019).

Ainda que os significados atribuídos à inovação social variem muito nos documentos estratégicos e políticos, é comum a sua interpretação em termos econômicos e, ainda mais, mercadológicos. Esta interpretação tende a ignorar os aspectos macroeconômicos e negligenciar aspectos de inovações sociais que não são imediatamente econômicas em seus objetivos - como a democratização do sistema educacional, a busca da igualdade de gênero ou o movimento de reforma psiquiátrica (CHAMBON, DAVID e DEVEVEY, 1982). Ademais, coloca muita ênfase na agência econômica, que fomenta outros tipos de agências socialmente inovadoras (JESSOP, MOULAERT, HULGÅRD e HAMDOUCH in MOULAERT, MACCALLUM, MEHMOOD e HAMDOUCH, 2013).

Entretanto, discursos reducionistas não refletem os avanços feitos em programas de pesquisas atuais e em práticas de ação coletiva (JESSOP, MOULAERT, HULGARD e HAMDOUCH, 2013). Sob o "camaleônico" guarda-chuva da inovação social repousam também novas formas de autogestão e numerosas iniciativas inovadoras de baixo para cima

propostas para ajudar grupos e comunidades a lidar com marginalização e privação (BOYLE e HARRIS, 2010). Se, para alguns estudiosos, a imprecisão do campo causa desmotivação, para outros é estímulo ao desenvolvimento de debates e reflexões teóricas (MOULAERT, MACCALLUM, MEHMOOD e HAMDOUCH, 2013).

Quando adentramos no debate teórico em torno da dimensão epistemológica e ético-política da inovação social, rastreamos estudos críticos que passaram a adquirir maior densidade nas duas últimas décadas. Tais estudos convergiram, de forma sintética, na definição de duas principais escolas de inovação social (MONTEIRO, 2019; MONTGOMERY, 2016; AMARO e LAVILLE, 2016; JESSOP, MOULAERT, HULGARD e HAMDOUCH, 2013; BOUCHARD e LÉVESQUE, 2010). Tal definição pareceu pertinente, primeiro porque incorpora elementos significativos para a análise crítica e reflexiva da inovação social, tais como: contextos macrossociais, dimensão epistemológica e intencionalidade ético-política. Segundo, porque contribui para lançar luzes – e também perguntas - sobre caminhos inovadores e transformadores num momento global em que eles são tão necessárias.

Montgomery (2016) trata as escolas de inovação social como paradigmas. O primeiro é o paradigma tecnocrático, instrumental ou neoliberal, muito presente nos países de matriz anglo-saxônica, com destaque para os Estados Unidos e Reino Unido, mas também privilegiado por órgãos da política europeia, nomeadamente pela Comissão Europeia. A agenda para a inovação social é gerida em termos de novos mercados e de competição, incluindo-se nela um projeto político de reengenharia do Estado e de “privatização suave” de serviços que eram do domínio do Estado-Providência (KERSTENETZKY, 2012).

Este paradigma se relaciona à gestão da inovação sob a égide histórica de uma racionalidade da teoria econômica clássica, pautada na assertiva de Lionel Robbins (1945, p. 16) de que a economia é "a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre finalidades e recursos escassos com usos alternativos" (CORAGGIO, 2009; RAUD-MATTEDI, 2005; ABRAMOVAY, 2004). O utilitarismo é um tipo de comportamento econômico em que os agentes econômicos são movidos no sentido da maximização dos seus benefícios pessoais dentro dos processos de troca econômica. Tal comportamento implica em um tipo de racionalidade que afasta a economia da ética, tornando essa ciência árida e movida unicamente por mecanismos voltados a fins (SEN, 2000).

O segundo paradigma da inovação social é o democrático, transformador ou político. Ao contrário do primeiro, é essencialmente disruptivo e contra-hegemônico, sendo a

inovação social nesta perspectiva concebida como um instrumento para politizar os espaços que os neoliberais tenderem a despolitizar, num desafio à distribuição vertical do poder na sociedade e sua substituição por alternativas horizontais promotoras da verdadeira participação comunitária (MONTEIRO, 2019). A escola democrática abraça não apenas a participação das comunidades, mas também percebe o conhecimento produzido dentro delas como sendo de igual mérito do que o dos 'experts' (MOULAERT e VAN DYCK, 2013; JESSOP, MOULAERT, HULGARD e HAMDOUCH, 2013; RANCIERE, 1991).

Os ecos dessa interpretação fazem-se ouvir sobretudo naqueles países e contextos sociais em que as tradições da economia social, da economia solidária e dos desenvolvimentos de base local e comunitária são mais fortes (MONTEIRO, 2019). Para Montgomery estes paradigmas se apresentam como um campo de batalha, visto que

os dois grupos de cientistas veem coisas diferentes quando olham do mesmo ponto e na mesma direção (KUHN, 1962, p. 149) (...) os mundos entrancheirados habitados por adeptos das escolas de inovação social democráticas e tecnocráticas, suas próprias percepções das necessidades sociais, dos problemas e a busca de soluções são definidos por seu paradigma (MONTGOMERY, 2016, p. 5)

Monteiro (2019) parte da distinção de Montgomery, mas propõe a integração das escolas em um modelo que ele denominou de “estratégico”. Monteiro pareceu evitar adjetivações e ir diretamente no atributo essencial de cada paradigma de Montgomery, denominando o tecnocrático de instrumental e o democrático de político, bem como alterando a nomenclatura de paradigma para eixo. Monteiro afirma que o eixo político tem maior amplitude, mas sugere uma justaposição de elementos na integração. O eixo instrumental envolve “inovações setoriais + governança e externalidades” e o eixo político engloba o “*learning communities* + missão social e visão transformadora”.

Nesta pesquisa, seguimos a pista de Monteiro acerca da necessidade de integrar escolas, mas nos afastamos deste autor quanto à forma de integração, em primeiro lugar, preservando a terminologia “paradigma” (unindo, nos moldes de Santos, paradigmas epistemológicos e societários). Em segundo lugar, consideramos a inovação social transformadora como horizonte necessário ao Sul global. Aproveitamos a crítica política de Montgomery e reconhecemos que, em sua perspectiva tecnocrática, a “inovação social” é uma nova roupagem para o colonialismo, ou práticas neocolonialistas. Porém, concordamos com Monteiro de que, no plano das práticas, elas se entrecruzam e podem vir a se complementar, retroalimentar ou transcender. Com isso, e considerando o risco de cooptação da perspectiva democrática pela tecnocrática em função dos contextos e recursos instituídos, adotamos o parâmetro da inovação social transformadora para o Sul global, a

partir do qual são constituídos critérios de análise, prospecção e avaliação das práticas.

Para tanto, nos valem da perspectiva de Edgar Morin (1977) do “integrar superando”, ou seja, não colocamos as duas perspectivas em integração simétrica. A inovação social instrumental-tecnocrática é incorporada pela perspectiva política/democrática/transformadora, a qual absorve e confere novos sentidos emancipatórios a procedimentos e técnicas a partir da experiência e da consciência partilhada. Atores sociais veem o mundo de modo diferente, mas no plano da experiência e do cotidiano há um mundo de desejos, interações socioafetivas e disputas, sendo possível por vezes convergir e transcender na direção do que – inspirados por Boaventura de Sousa Santos - denominaremos de “ampliação do cânone da inovação social”.

Tal ampliação é motivada pelo fato de que “esses projetos inovadores são, ao mesmo tempo, projetos de inclusão, sejam voltados para atender às necessidades materiais dos marginalizados, abrindo espaços sociais para os anteriormente excluídos, ou dando 'voz' a quem pouco ou nada teve na vida política” (GIBSON-GRAHAM e ROELVINK, 2013, p. 455 apud MONTGOMERY, 2016, p. 1992). Portanto, a articulação da voz está inextricavelmente ligada à promulgação da democracia, uma vez que é “a fala daqueles que não deveriam estar falando, daqueles que não eram realmente seres falantes” (RANCIERE, 2004, p. 5 apud MONTGOMERY, 2016, p. 1994).

E quem são os invisíveis do Sul global? Como ouvir suas vozes? Silêncios não são esquecimentos ou obras do acaso, mas, como afirma Santos (2003), ativamente construídos. Desvendá-los requer inicialmente a desconstrução de mecanismos ou processos implícitos de ocultamento e silenciamento de saberes, de valores e de práticas. “Ao ver o que não é, talvez começar a garimpar possibilidades, algumas esquecidas, outras talvez bem presentes, porém invisibilizadas” (IBIDEM).

A sociologia das ausências é o procedimento analítico criado por Santos que visa demonstrar que o inexistente é ativamente produzido como não existente e como alternativa não-credível, bem como expandir o presente através da desconstrução da razão metonímica. Esta razão é uma figura de linguagem que expressa que a parte é tomada pelo todo e ela contribui para a compreensão daquilo que está na origem da redução do mundo moderno ao localismo europeu.

Através da sociologia das ausências são identificadas as imposições eurocêntricas e colonialistas por meio de cinco monoculturas (ou lógicas hegemônicas), segundo as quais: o conhecimento válido (o único verdadeiro) é o científico; o modo de produção eficiente é o capitalista; a classificação social superior é branca e masculina; a escala é a global e o tempo

é o futuro inexorável decorrente do modelo de desenvolvimento traçado pelos países do Norte. Tudo o que está fora das monoculturas em termos econômicos, sociais, estéticos ou tecnológicos foi relegado à condição de inferior, desqualificado, invisível, ou mesmo produzido ativamente como inexistente. A sociologia das ausências transforma tais inexistências em presenças através da desconstrução das monoculturas, da qual emergem novas categorias de cada uma das desconstruções, concomitantemente: ecologia dos saberes, ecologia das temporalidades, ecologia dos reconhecimentos, ecologia das transescalas e ecologia de produtividade (SANTOS, 2003).

<b>Lógicas ou monoculturas</b>	<b>Sociologia das ausências:</b> amplia as experiências existentes
<b>saber e rigor do saber:</b> da ciência como critério único ou melhor	<b>ecologia dos saberes:</b> não há ignorância – princípio de incompletude
<b>tempo linear:</b> emancipação social por um caminho pré-concebido	<b>ecologia das temporalidades:</b> práticas sociais com temporalidade própria (não anacrônica x novas tecnologias) - coisas aparentemente anacrônicas sejam validadas
<b>classificação social:</b> naturalização das diferenças	<b>ecologia dos reconhecimentos:</b> Igualdade x diferença – colonialidade que determina quem é igual e quem é diferente
<b>escala dominante:</b> global em detrimento do particular/local (como efeito)	<b>ecologia das trans-escalas:</b> globalismo localizado. Desglobalizar (hegemonicamente) o local para possibilidade de reglobalização contra-hegemônica
<b>lógica produtivista:</b> dos critérios de produtividade capitalista como a única	<b>ecologia de produtividade:</b> Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção (populares, cooperativas, autogestão, economia solidária)

Tabela 1: Síntese produzida pela autora, a partir de Santos (2003).

Posteriormente, Santos propõe pensar os termos para além das articulações e relações de poder que os unem a fim de revelar relações alternativas ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas: “Pensar o Sul como se não houvesse o Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor” (SANTOS, 2003, p. 743). É o procedimento da sociologia das emergências que amplia as alternativas através do que Santos denomina de cinco formas de experiências:

**Sociologia das emergências:**

<p><b>Experiências de conhecimento:</b>  Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimentos (tecnologia e conhecimentos indígenas, medicina moderna e tradicional, agricultura industrial e sustentável, conhecimentos técnicos e leigos).</p>
<p><b>Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção:</b>  Conflitos e diálogos possíveis entre todas as diferentes formas e modos de produção (ecofeministas e gandhianas, populares, cooperativas, microcrédito, formas redistributivas, comércio justo e etc.)</p>
<p><b>Experiências de reconhecimento:</b>  Conflitos e diálogos possíveis entre diferentes entre sistemas de classificação social (capitalismo, racismo, sexismo e xenofobia em relação à ecologia, multiculturalismo, discriminação positiva e cidadania pós-nacional e cultural).</p>
<p><b>Experiências de democracia:</b>  Conflitos e diálogos possíveis entre o modelo hegemônico (democracia representativa liberal) e o modelo emergente (democracia participativa). Por exemplo, o orçamento participativo.</p>
<p><b>Experiências de comunicação:</b>  Conflitos e diálogos possíveis derivados da revolução das tecnologias de comunicação entre fluxos e meios de comunicação globais e as redes e mídias independentes.</p>

Tabela 2: Síntese produzida pela autora, a partir de Santos (2003).

A sociologia das ausências e das emergências oportuniza uma matriz epistemológica a partir da qual um conjunto de saberes e práticas do Sul podem ser compreendidas como inovação social, alavancadas, mensuradas e valoradas por referências muito mais amplas e ricas do que a ciência moderna ocidental e o capitalismo global reconhecem. Por fim, o trabalho de tradução busca responder à seguinte questão: qual é a alternativa à teoria geral? O trabalho de tradução busca criar inteligibilidade recíproca e consenso transcultural; ele não atribui estatuto de totalidade a quaisquer experiências e permite ver o subalterno tanto dentro quanto fora da relação de subalternidade.

Para tanto, há dois tipos de traduções: de saberes e de práticas. Os pontos em comum representam a possibilidade de uma agregação a partir de baixo, alternativa possível para uma agregação a partir de cima imposta por uma grande teoria ou por um ator social privilegiado (SANTOS, 2003, p.763).

O tipo de transformação social que se pode construir exige que as constelações de sentido criadas se transformem em constelações de práticas. A tradução é simultaneamente um trabalho intelectual, político e emocional porque pressupõe um inconformismo com determinada prática e porque se assenta na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência.

Diante das finalidades atribuídas à inovação social, das evidências empíricas e das lacunas teóricas, indagamos: em que medida a inovação social poderá resolver os problemas criados pela própria modernidade capitalista-moderna-patriarcal-colonial no Sul global? Quais as especificidades de práticas do Sul e como elas impactam na produção de inovação social voltada à transformação?

Em trabalhos anteriores (FERRARINI, 2012, 2016, 2019), partindo de pesquisas desenvolvidas no Brasil em torno da economia solidária e de políticas de superação da pobreza, identificamos imprecisões epistemológicas e ético-políticas quando se pensava a inovação social no Sul global. A finalidade de resolução de problemas sociais deixa encoberta a dimensão teleológica que orienta as práticas. Ser eficiente, mas para quê? E para quem? (FERRARINI, 2019).

A capacidade de inovar socialmente vê-se cada vez mais desafiada pela tendência global de autonomização crescente da economia, redução de políticas e de direitos e aumento exponencial da desigualdade no mundo, com consequências ainda mais trágicas no Sul global. Entretanto, a relação desigual entre Norte e Sul gerou também o extermínio de povos e o epistemicídio (como negação de culturas, conhecimentos, valores e práticas), que seguem entranhados nas concepções e práticas, mesmo quando se pretendem transformadoras.

A colonialidade se reproduz em tripla dimensão: do poder, do saber e do ser. O padrão mundial de poder capitalista-colonial-moderno, eurocentrado e estabelecido a partir da América (DUSSEL, 2000; QUIJANO, 2005) parte de um ponto zero, neutro e absoluto, pelo qual o sujeito epistêmico é um sujeito sem rosto (BALLESTRIN, 2013). Como conceito produzido no Norte global e erigido sobre a invisibilidade do Sul, a inovação social já tem um caminho a ser trilhado desde si mesma. “Por que inovar”, “para onde ir” e “como chegar lá” parecem ser questões já definidas através da naturalização de uma concepção inexorável de desenvolvimento (como crescimento econômico), avanço tecnológico, políticas públicas do Estado-providência e outras formas canônicas. Porém, não é e nunca foi assim na América Latina: temos um Estado incompleto, clientelista e patrimonialista; um capitalismo tardio, com a ocupação histórica de um lugar subordinado na ordem econômica mundial; e as mais altas taxas de violência e de desigualdade do mundo.

À luz da sociologia das ausências e das emergências propomos que, para ser transformadora no Sul global, a inovação social precisa estar atenta desde a definição dos problemas sociais a serem endereçados. No Sul global, os “problemas” não se restringem à sua dimensão societária (ligada diretamente à relação desigual entre capital e trabalho); a sua outra face epistemológica, produzida pela desigualdade entre Norte e Sul geradora dos “sujeitos sem voz”.

Trabalhadores urbanos com baixa qualificação profissional excluídos do mercado de trabalho, pequenos agricultores, comunidades quilombolas, dentre outros sujeitos da economia solidária, compõem o grupo daqueles que não “deveriam estar falando”, mas se fizeram ouvir através da economia solidária. Esta fala emergiu através de uma busca não

apenas pela produção do meio de vida, mas de um outro modo de produzir a partir de uma racionalidade substantiva e pautada pela reciprocidade.

A dimensão política pode ser considerada o principal traço distintivo da economia solidária – e potente fonte de inovação social - se expressa no interior dos empreendimentos econômicos solidários através da propriedade coletiva dos meios de produção e da autogestão. Entretanto, ela não se reduz ao interior dos empreendimentos, envolvendo o compromisso com o entorno comunitário e com a transformação da sociedade, o que se manifesta pela presença dos trabalhadores em múltiplas redes.

Outra importante inovação advém do empreendedorismo associativo, que é muito mais do que a inovação organizacional colaborativa, pois imbui-se de uma concepção econômica substantiva. Trata-se primordialmente a ruptura com o utilitarismo entranhado na sociedade moderna capitalista e que tem sequestrado formas genuínas de solidariedade até nos mais recônditos espaços da vida privada, em suas manifestações patriarcais, materialistas, classificatórias. Uma dessas manifestações consiste no sistema de interpretação, análise e mensuração da inovação social, o qual precisa superar concepções e instrumentos economicistas e formalistas (MACIEL e FERRARINI, 2020). Já há consenso de que a inovação social não é apenas produto, mas também processo; de que seus efeitos não são apenas econômicos, mas multidimensionais; de que ela não é apenas local, mas sistêmica. A economia solidária apresenta todas estas características, mas análises com instrumentos convencionais, não raras vezes, lhe atribuem caráter pouco inovador.

Frente à monocultura da produtividade (SANTOS, 2003), por exemplo, suas inovações técnicas poderiam ser consideradas anacrônicas. Contudo, elas requerem capacidade criativa e articulação de recursos, inéditas naquele contexto. Mudanças socialmente inovadoras envolvem também diferentes habilidades, em condições e contextos muito diversos, o que remete à importância de se focar no desenvolvimento de discursos alternativos e em seu potencial para a mudança (MOULAERT, MACCALLUM, MEHMOOD e HAMDOUCH, 2013).

No caso da economia solidária, estes discursos se expressam pelo empreendedorismo por necessidade e com aversão ao risco; porém possível através do aproveitamento de oportunidades (GAIGER e CORRÊA, 2011). A maioria dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil é informal, de acordo com dados do segundo mapeamento nacional de economia solidária (GAIGER e GRUPO ECOSOL, 2010), mas eles não teriam viabilidade econômica caso se formalizassem dentro do marco legal brasileiro e da realidade socioeconômica. Os ganhos econômicos em geral são baixos, mas há a obtenção de um

conjunto de ganhos extra-econômicos não mensuráveis formalmente, como a construção de redes primárias de solidariedade e de proteção social (que compensam a insuficiência de serviços públicos, como creche e saúde), a redução da violência doméstica, a melhoria da escolaridade, a inclusão de trabalhadores com deficiência, idosos e outras minorias excluídas do mercado de trabalho, a redução de vulnerabilidades e riscos sociais, dentre tantos outros efeitos positivos. Salientamos ainda a exteriorização de ganhos socioambientais para a sociedade através da produção limpa e de atividades educativas e colaborativas desenvolvidas no entorno do empreendimento econômico solidário (MACIEL e FERRARINI, 2020).

A economia solidária é articuladora de instâncias políticas e de práticas em prol de um projeto societário mais justo e sustentável e enraizado nos segmentos populacionais mais atingidos pelas desigualdades. Portanto, do ponto de vista da vertente política, a economia solidária se trata de uma inovação social transformadora porque atinge o nível institucional, transformando relações econômicas através de um modo de produção não capitalista e promovendo a criação de inúmeras políticas públicas em diferentes níveis de governo no Brasil (inclusive federal).

Os resultados demonstram, primeiramente, que a economia solidária é inovadora, porém ela não podem ser adequadamente apreendida no âmbito do *mainstream* da inovação social. A análise da inovação social na economia solidária em termos de métodos de produção e de resultados precisa ser contextualizada e requer a capacidade dos analistas em inovarem seus próprios métodos. É uma tarefa para pesquisadores que são porta-vozes de realidades do Sul, porque imersos nelas, portanto profundos conhecedores das opressões econômicas, políticas e sociais. Não se trata de tarefa simples, pois requer o desenvolvimento de novos olhares sobre a própria realidade, a desconstrução das mesmas referências do Norte que lhe pautaram sua formação acadêmica; um processo disruptivo e, por que não, inovador, de se autorizar a falar de si mesmo e por si mesmo.

O estudo conclui que a inovação social, para ser transformadora no Sul global, se constitui de práticas que provêm o acesso a recursos materiais ao mesmo tempo em que abre arenas aos mais excluídos a formas efetivas de participação, resgate de saberes e identidades e transformação de relações de poder. Nesta perspectiva, concepções, critérios e indicadores são recriados e ampliados. Não há um caminho único, mas tantos quantos as comunidades ou organizações - os verdadeiros sujeitos da inovação social - constroem a partir do seu protagonismo.

A inovação social se mantém como ideia a ser disputada para o fortalecimento da

inclusão, bem-estar, empoderamento e garantia de direitos. As epistemologias do Sul (re)construídas a partir da sociologia das ausências e das emergências permitiram desvendar silêncios ativamente construídos, ampliando o cânone da inovação social. Padrões econômicos, sociais, estéticos ou tecnológicos relegados à condição de inferior, desqualificado, invisível ou anacrônico podem significar práticas altamente inovadoras porque acionam saberes e vocações locais, promovem formas de bem-viver e integram a economia à vida. Portanto, para promover a transformação desejada pela inovação social em contextos de Sul global não basta justiça social, mas justiça cognitiva.

### Referências:

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, 16(2): 35-64, Novembro 2004.
- AMARO, R.; LAVILLE; J-L. Social innovation in Europe: what relation with solidarity economy? *RIPESSE Europe*, 2016. Disponível em: [http://base.socioeco.org/docs/ripesseu\\_social\\_solidarity\\_innovation\\_en.pdf](http://base.socioeco.org/docs/ripesseu_social_solidarity_innovation_en.pdf) Acessado em: 20mar.2021
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11):89-117, 2013.
- BENNEWORTH, P.; CUNHA, J. “Universities’ contributions to social innovation: reflections in theory & practice”. *Paper prepared for special issue of European Journal of Innovation Management on “Knowledge Exchange and Innovation in University City-Regions*, 2013.
- BOUCHARD, M. J.; LEVESQUE, B. *Économie sociale et innovation: l’approche de la régulation, au coeur de la construction québécoise de l’économie sociale*. Québec, CRISES, 2010.
- BOYLE, D.; HARRIS, M. The challenge of coproduction. *Discussion paper*. London, UK: NESTA, 2010.
- CHAMBON, J.-L.; DAVID, A. DEVEVEY, J. M. *Les innovations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France. (Coleção Que sais-je), 1982.
- CORAGGIO, J. (Org.). *Que és lo económico?* materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires: Ciccus, 2009.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- DRUCKER, P. F. Social innovation—Management's new dimension. *Long Range Planning*, 20(6): 29-34, 1987.

FERRARINI, A. V. O *ethos* da inovação social no ambiente das lutas populares e da economia solidária. Salvador: *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, 10 a 13 de setembro de 2013.

FERRARINI, A. V. O *ethos* da Inovação Social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v.6, 447-466, 2016.

FERRARINI, Adriane; PEREIRA, Antonio, MÜLLER, Elisa. (2020) Casas colaborativas de Porto Alegre: territórios de experimentação. *Anais do VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: saúde, corpos e poder no cenário latino-americano*. São Leopoldo: UNISINOS.

FERRARINI, A.V. Ethos of social innovation: in search of a decolonizing analysis. In: BANEERJE, S.; CARNEY, S.; HULGARD, L. (Org.) *People Centered Social Innovation: Global perspectives on an emerging paradigm*. 01 ed. Londres: Routledge, pp. 89-109, 2019.

GAIGER, L. I.; CORRÊA, A. O diferencial do empreendedorismo solidário. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1): 34-43, janeiro/abril 2011.

GAIGER, L. I.; GRUPO ECOSOL. *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, L. I.; LAVILLE, J.-L. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. *et al.* (Orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, pp. 162-168, 2009.

GIBSON-GRAHAM, J. K.; ROELVINK, G. Social innovation for community economies: How action research creates 'other worlds'. In: MOULAERT, F.; D. MACCALLUM, A.; MEHMOOD, A.; HAMDOUCH, A. (Eds.) *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, pp. 466-480. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

JESSOP, B.; MOULAERT, F.; HULGARD, L. HAMDOUCH, A. Social innovation research: A new stage in innovation analysis? In: MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; MEHMOOD, A.; HAMDOUCH, A. (Eds.), *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, pp. 110-130. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

KERSTENETZKY, C. L. "Sobre a 'crise' do Estado de Bem-Estar: retração, transformação fástica ou o quê?". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 2, pp. 447-485, 2012.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LACERDA, L. F.; FERRARINI, A. V. Inovação social ou compensação? reflexões acerca das práticas corporativas. *Polis*, 35(1): 1-16, 2013.

MACIEL, J. P.; FERRARINI, A. V. Eficiência sistêmica em empreendimentos econômicos solidários de reciclagem: construção e aplicação de indicadores multidimensionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, vol. 54, p. 102-124, 2020.

MCGOWAN, K.; WESTLEY, F. At the Root of Change: The History of Social Innovation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. (eds.). *New frontiers in social innovation research*. London, Palgrave/Macmillan UK, pp. 52-68, 2015.

- MONTEIRO, A. O que é a inovação social? maleabilidade conceitual e implicações práticas. *Dados*, 62(3):1-34, 2019.
- MONTGOMERY, T. Are social innovation paradigms incommensurable? *Voluntas*, (27): 1979-2000, 2016.
- MORIN, E. *O método- 1. a natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.
- MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; MEHMOOD, A.; HAMDOUCH, A. *The international handbook of social innovation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2013.
- MOULAERT, F.; VAN DYCK, B. Framing social innovation research: A sociology of knowledge perspective. In: Moulaert, F., MacCallum, D.; Mehmood, A.; Hamdouch, A. (Eds.), *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, pp. 13–24. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.
- MULGAN, G. Inovação Social. In: AZEVEDO, C.; FRANCO, R. C.; MENEZES, J. W. (orgs.) *Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social*. Edições Vida Económica: Porto, pp. 51-74, 2010.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. *The Open Book of Social Innovation*, 2010. London: NESTA/The Young Foundation, Disponível em: [http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/the\\_open\\_book\\_of\\_social\\_innovation.pdf](http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/the_open_book_of_social_innovation.pdf). Acesso em: 10/12/2019.
- PHILLS, J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4): 34-43, 2008.
- QUIJANO, A. *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acessado em 15 mar. 2020.
- RANCIERE, J. Introducing disagreement 1. Angelaki. *Journal of the Theoretical Humanities*, 9(3): 3–9, 2004.
- RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política & Sociedade*, 6(1): 59-82, abril de 2005.
- RAZETO, L. *Las empresas alternativas*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1990.
- SANTOS, B. S. *Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. Lisboa: Afrontamento, 2003.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. *Cadernos CRH*, 30(79), 89-104, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792017000100089&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792017000100089&script=sci_abstract&tlng=pt)

